§ único. Quando se trate de multa pecuniária e o sócio desejar apresentar recurso para o conselho geral, nunca o poderá fazer sem que previamente haja depositado a importância da multa aplicada.

IX — Disposições gerais e transitórias

Art. 36.º O ano social do G. I. T. A. corresponde ao ano civil.

Art. 37.º Todas as importâncias cobradas pelo Grémio serão depositadas em conta corrente, à sua ordem, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, sede, filial, agência ou delegação, para serem levantadas e aplicadas em conformidade com as disposições deste decreto e seus regulamentos.

Art. 38.º Os levantamentos de fundos serão feitos por meio de cheques assinados por dois membros da direcção do Grémio, devendo o pagamento das despesas, devidamente visadas, fazer-se também por cheques e estes ser entregues contra recibo, devidamente selado e assinado.

Art. 39.º No caso de ser decretada a extinção do G. I. T. A. o Ministro das Obras Públicas e Comunicações resolverá sobre a aplicação a dar aos respectivos bens.

Art. 40.º Em tudo o que se relacione com a acção social do Grémio, disciplina do trabalho, salários e participações para os organismos de previdência fica o Grémio dependente directamente do Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social.

Art. 41.º Para os efeitos da alínea a) do artigo 18.º a Direcção Geral dos Serviços de Viação dará conhecimento à direcção do Grémio das entidades que deixarem de exercer a indústria de transportes em automóveis.

Art. 42.º Os membros efectivos e substitutos da primeira direcção do Grémio e o primeiro presidente do conselho geral serão nomeados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações de entre as entidades que exercem actualmente a indústria de transportes em automóveis e que reúnam as condições exigidas para serem sócios do Grémio.

§ único. O mandato da primeira direcção e do primeiro presidente do conselho geral não terminará antes de 31 de Dezembro de 1937, podendo porém o Ministro das Obras Públicas e Comunicações substituir, até essa data, qualquer dos nomeados.

Art. 43.º São extintas a Associação de Classé dos Empresários de Carreiras de Auto-Omnibus, transitando todos os seus bens para o G. I. T. A., e bem assim as secções de camionagem das actuais Câmaras Sindicais dos Importadores de Automóveis.

Art. 44.º Enquanto não estiver constituído o conselho geral e até à sua primeira reunião todos os assuntos da sua competência serão resolvidos em reunião conjunta dos membros efectivos e substitutos da direcção.

Art. 45.º O pagamento das cotas pelos sócios é devido desde o mês imediato àquele em que fôr publicado este decreto ou feita a sua inscrição.

Art. 46.º Fica o Ministro das Obras Públicas e Comunicações autorizado a publicar os regulamentos e instruções que forem necessários para a completa execução das disposições deste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1935. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Duarte Pacheco*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Autónoma de Justiça e Cultos

Decreto n.º 25:005

Atendendo ao que foi ponderado e proposto pelo governador da colónia de Timor;

Ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O vencimento de exercício do juiz de direito da comarca de Timor é elevado de \$ 2.170,00 a \$ 3.370,00, perfazendo assim com o vencimento de categoria de \$ 4.630,00 o vencimento total de \$ 8.000,00.

Art. 2.º O vencimento de exercício do delegado do Procurador da República na mesma comarca é elevado de \$ 748,00 a \$ 1.648,00, perfazendo assim com o vencimento de categoria de \$ 4.352,00 o vencimento total de \$ 6.000,00.

Art. 3.º Para cumprimento, no corrente ano económico, do disposto nos artigos 1.º e 2.º, o governador da colónia de Timor efectuará, nos termos legais e a contar da data da publicação deste decreto no *Boletim Oficial*, os reforços necessários das competentes verbas da tabela de despesa do respectivo orçamento geral da mesma colónia.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Timor.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1935. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Armindo Rodrigues Monteiro*.